

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ela impõe limites para despesas com pessoal, dívida pública e exige que os governantes (prefeitos, governadores e presidente) planejem e executem seus orçamentos de forma equilibrada, prevendo sanções para o descumprimento.